



### ADITIVO 01 AO EDITAL INTERNO Nº 01/2024 – PPGHB/CCHL/UFPI

A Comissão Interna de Bolsa, via Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB), do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), torna público aos interessados a **documentação necessária para aprovação dos critérios socioeconômicos da Seleção de Bolsa CAPES/Demanda Social** para discentes dos cursos de Mestrado e Doutorado em História. As inscrições serão realizadas via e-mail: [ppghb@ufpi.edu.br](mailto:ppghb@ufpi.edu.br), (enviar toda documentação em pdf único) no período de 08 até às 23:59 min do dia 11 e 12 de março de 2024.

CRITÉRIO SOCIOECONÔMICO	DOCUMENTAÇÃO
<b>1. Renda familiar:</b> a) Não possui fonte de renda: 1,5 ponto.	ANEXO I e Carteira de Trabalho
b) Possui renda bruta per capita até R\$1.500,00 e renda bruta familiar menor que R\$ 5.000,00: 1,0 ponto.	ANEXO II, III ou Contracheque ou Folha de pagamento ou Carteira de Trabalho
c) Possui renda bruta per capita superior a R\$ 1.500,00 e renda bruta familiar maior que R\$ 5.000,00: 0,0 ponto.	ANEXO III ou Contracheque ou Carteira de Trabalho
<b>2. Vulnerabilidade socioeconômica:</b>	CAD Único e/ou cadastro em benefício social
<b>3. Indígena, cigano, quilombola ou negro (Preto ou Pardo):</b>	ANEXO IV ou V ou VI ou VII
<b>4. Mulheres, mulheres trans e homens trans:</b>	ANEXO VIII
<b>5. Estudou em escola pública (Ensino Fundamental e Médio):</b> a) Apenas o Ensino Fundamental b) Apenas o Ensino Médio c) Ensino Fundamental e Médio	Diploma escolar referente a cada módulo que deseja comprovar e/ou Histórico escolar
<b>6. Possui filhos:</b>	Certidão de Nascimento
<b>7. Pessoa com deficiência:</b>	Certificado da Pessoa com Deficiência emitido pelo GOV ou laudo médico



## ANEXO I

### DECLARAÇÃO PARA MAIORES DE 18 ANOS SEM RENDA

Eu, \_\_\_\_\_,  
nacionalidade \_\_\_\_\_, inscrito/a no CPF sob o nº \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado à Rua/Av. \_\_\_\_\_,  
nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_,  
CEP \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da lei, junto à UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO PIAUÍ, não possuir rendimentos ou exercer qualquer tipo de atividade remunerada, não  
contribuindo para a renda familiar.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Declarante

Confirmo serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente à matrícula institucional do candidato, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejar o cancelamento da matrícula na Universidade Federal do Piauí, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (de acordo com a Lei no 12.711/2012, o Decreto no 7.824/2012 e o Art. 9º da Portaria Normativa no 18/2012-MEC).



## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA E/OU AJUDA FINANCEIRA DE TERCEIROS

Eu, \_\_\_\_\_,  
nacionalidade \_\_\_\_\_, inscrito/a no CPF sob o nº \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado à Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_,  
Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_,  
declaro, junto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, que recebo pensão alimentícia  
e/ou ajuda financeira de (nome da pessoa) \_\_\_\_\_, grau de  
parentesco/afinidade \_\_\_\_\_, sendo o valor médio dos últimos três meses de  
R\$ \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Declarante

Confirmo serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente à matrícula institucional do candidato, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejar o cancelamento da matrícula na Universidade Federal do Piauí, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (de acordo com a Lei no 12.711/2012, o Decreto no 7.824/2012 e o Art. 9º da Portaria Normativa no 18/2012-MEC).



### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE RENDA PARA TRABALHADORES AUTÔNOMOS OU BICOS

Eu, \_\_\_\_\_,  
nacionalidade \_\_\_\_\_, inscrito/a no CPF sob o nº \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado à Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_,  
Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_,  
declaro, junto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, trabalhar de forma autônoma e exercer  
a profissão (atividade exercida) de \_\_\_\_\_,  
recebendo salário ou possuindo renda média mensal dos últimos três meses de R\$ \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Declarante

Confirmo serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente à matrícula institucional do candidato, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejar o cancelamento da matrícula na Universidade Federal do Piauí, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (de acordo com a Lei no 12.711/2012, o Decreto no 7.824/2012 e o Art. 9º da Portaria Normativa no 18/2012-MEC).



**ANEXO IV**  
**AUTODECLARAÇÃO – ÉTNICO-RACIAL**

Eu, \_\_\_\_\_,  
abaixo assinado, de nacionalidade \_\_\_\_\_, nascido(a) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_,  
no Município de \_\_\_\_\_, do Estado do(e) \_\_\_\_\_, filho(a) de  
\_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_,  
estado civil \_\_\_\_\_, portador(a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF)  
nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) no  
endereço \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_,  
no Município de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, declaro-me ( ) PRETO  
( ) PARDO.

Declaro estar ciente que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, população negra é o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo instituto. Desconsiderando o genótipo, ou seja, minha ascendência negra (pais, avós ou outro familiar). Estando ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito(a) às sanções prescritas no Código Penal<sup>1</sup> e às demais cominações legais aplicáveis.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Declarante

<sup>1</sup>O decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica – Art.299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Por ser verdade o que está escrito, assino e me responsabilizo pela referente declaração.



**ANEXO V**  
**AUTODECLARAÇÃO - INDÍGENA**

Eu, \_\_\_\_\_,  
abaixo assinado, de nacionalidade \_\_\_\_\_, nascido(a) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_,  
no Município de \_\_\_\_\_, do Estado do(e) \_\_\_\_\_, filho(a) de  
\_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_,  
estado civil \_\_\_\_\_, portador(a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF)  
nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) no  
endereço \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_,  
no Município de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, declaro-me INDÍGENA,  
estando ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito(a) às sanções prescritas  
no Código Penal<sup>1</sup> e às demais cominações legais aplicáveis.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Declarante

<sup>1</sup>O decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica – Art.299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Por ser verdade o que está escrito, assino e me responsabilizo pela referente declaração.



**ANEXO VI**  
**AUTODECLARAÇÃO - CIGANO**

Eu, \_\_\_\_\_,  
abaixo assinado, de nacionalidade \_\_\_\_\_, nascido(a) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_,  
no Município de \_\_\_\_\_, do Estado do(e) \_\_\_\_\_, filho(a) de  
\_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_,  
estado civil \_\_\_\_\_, portador(a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF)  
nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) no  
endereço \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_,  
no Município de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, declaro-me  
CIGANO(A), de origem \_\_\_\_\_ e pertencço à  
família \_\_\_\_\_ da comunidade Cigana. Estando ciente de que, em caso de  
falsidade ideológica, ficarei sujeito(a) às sanções prescritas no Código Penal<sup>1</sup> e às demais  
cominações legais aplicáveis.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Declarante

<sup>1</sup>O decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica – Art.299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Por ser verdade o que está escrito, assino e me responsabilizo pela referente declaração.



**ANEXO VII**  
**AUTODECLARAÇÃO - QUILOMBOLA**

Eu, \_\_\_\_\_,  
abaixo assinado, de nacionalidade \_\_\_\_\_, nascido(a) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_,  
no Município de \_\_\_\_\_, do Estado do(e) \_\_\_\_\_, filho(a) de  
\_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_,  
estado civil \_\_\_\_\_, portador(a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF)  
nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) no  
endereço \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_,  
no Município de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, Certificado(a) em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, pela FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, localizada no Município de  
\_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, declaro-me QUILOMBOLA, estando  
ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito(a) às sanções prescritas no Código  
Penal<sup>1</sup> e às demais cominações legais aplicáveis.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Declarante

<sup>1</sup>O decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica – Art.299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Por ser verdade o que está escrito, assino e me responsabilizo pela referente declaração.



## ANEXO VIII

### AUTODECLARAÇÃO - DE IDENTIDADE TRANSGÊNERO

Eu, \_\_\_\_\_,  
abaixo assinado, de nacionalidade \_\_\_\_\_, nascido(a) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_,  
no Município de \_\_\_\_\_, do Estado do(e) \_\_\_\_\_, filho(a) de  
\_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_,  
estado civil \_\_\_\_\_, portador(a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF)  
nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) no  
endereço \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_,  
no Município de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, minha identidade  
transgênero (travesti ou transexual), estando ciente de que, em caso de falsidade ideológica,  
ficarei sujeito(a) às sanções prescritas no Código Penal<sup>1</sup> e às demais cominações legais  
aplicáveis.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Declarante

<sup>1</sup>O decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica – Art.299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Por ser verdade o que está escrito, assino e me responsabilizo pela referente declaração.